

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Nº 38 JAN/MAR – 2002

DOCTRINA

INTERNACIONAL

1. O Poder Legislativo e os tratados internacionais: o *treaty-making power* na Constituição Brasileira de 1988 – VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI
2. Emendas Constitucionais decorrentes do processo de globalização e integração econômica (tratados internacionais) na Argentina – FERNANDO CORRÊA MARTINS

CONSTITUCIONAL

1. La equidad : precepto de derecho positivo constitucional ahora es una estructura de justicia que debe ser aplicada imperativa y armoniosamente en sus tres expresas definiciones (arts. 4º; 75, inc. 2º y 75, inc. 19) – JULIO LEVENE
2. Do Processo Legislativo em Geral – CELSO RIBEIRO BASTOS
3. MARIA GARCIA
4. Controle de Constitucionalidade do Juízo de Primeiro Grau à Suprema Corte – NELSON OSCAR DE SOUZA
5. A declaração de inconstitucionalidade das leis e a lógica do sistema jurídico – J. E. CARREIRA ALVIM
6. A utilidade pública como forma de controle do ato administrativo no estado de direito – DANIELA CAMPOS LIBÓRIO DI SARNO
7. A Constituição Originária, a Constituição Derivada e o direito adquirido: considerações, limites e possibilidades – CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA MELO
8. O princípio da igualdade e os direitos de igualdade na Constituição de 1988 – HÉDIO SILVA JR.
9. Parcerias público-privado nos serviços de loterias estaduais – GUSTAVO HENRIQUE JUSTINO DE OLIVEIRA
10. Reflexões sobre as relações jurídicas de natureza privada diante da integração econômica mundial – VOLNEY ZAMENHOF DE OLIVEIRA SILVA
11. Função social da propriedade rural – aspectos constitucionais e sociológicos – RAFAEL EGÍDIO LEAL E SILVA
12. O papel político do Poder Judiciário – FLÁVIA DE ALMEIDA VIVEIROS DE CASTRO

ESTUDOS E PARECERES

1. Projeto de lei nº 32/2000 do Senado Federal– GASTÃO ALVES DE TOLEDO
2. Residência médica. Autonomia universitária. Limites. Art. 207 da Constituição Federal– MARIA PAULA DALLARI BUCCI

TRIBUNAIS

1. STF – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 8.388/91, que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos entes federados. Alegada ofensa aos arts. 52, VI a IX, e 163 da Constituição Federal.

2. STF – Ação Direta de Inconstitucionalidade. Inciso V, do § 3º, do art. 120, da Constituição do Estado e Santa Catarina, co redação dada pela Emenda Constitucional nº 14. Alegação de afronta aos arts. 2º, 61, § 1º, II, alínea “b”; 165, § 2º; 166, § 3º, I e § 4º; e 167, IV, da Constituição Federal. Competência exclusiva do Poder Executivo iniciar o processo legislativo das matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais. Precedentes: ADIN 103 e ADIN 550. Relevantes os fundamentos da inicial e conveniente a suspensão da vigência da norma impugnada. Medida liminar deferida, para suspender, até decisão final da ação direta, a vigência do inciso V do § 3º do art. 120, da Constituição do Estado de Santa Catarina, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 10-11-1997.
3. STF – Constitucional. Depositário infiel. Prisão civil. Recepção do DL 911/69 pela CF/88. Precedente do STF. Recurso conhecido e provido.
4. STJ – Administrativo. Sistema Financeiro da Habitação. Mutuário com dois financiamentos. Imóveis situados em localidades diversas. Contribuições regulares para o FCVS – Fundo de correção de variações salariais. Possibilidade de cobertura. Art. 9, § 1º, da Lei 4.380/64.
5. TRF – 3ª Região – Penal. Constitucional. Recurso em sentido estrito. Rádio pirata. Art. 70 (Lei 4.117/62) – Inconstitucionalidade – Inocorrência – Conflito entre direitos amparados igualmente pela Constituição – rejeição da denúncia – Ausência de justa causa – Afastamento – Recurso provido – Denúncia recebida.
6. TJSP – Mandado de Segurança. Cerceamento de defesa em processo administrativo. Violação ao princípio constitucional da ampla defesa e contraditório. Processo em que deve ser concedida vista para exercício de direito constitucional. Segurança concedida. Sentença mantida.
7. 2º TACivSP – Agravo de Instrumento. Alienação fiduciária. Ação de depósito. Sentença que exclui a possibilidade de prisão civil. Trânsito em julgado. Preclusão.
8. 2º TACivSP – Alienação fiduciária. Depositário infiel, Prisão civil. Impossibilidade. Cominação inconstitucional por violação do que dispõem o artigo 7º, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e o artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ambos ratificados pelo Brasil, e que têm status de garantia constitucional a direito fundamental da pessoa, nos termos do artigo 5º, § 2º, da Constituição da República. Habeas corpus concedido.
9. TJPR – Aposentadoria – Cargo público e emprego público inacumuláveis – Impossibilidade de duas aposentadorias.